

Os Bolchevistas

J. O. de Meira Penna

Todos nós temos acompanhado com curiosidade, muitos com perplexidade, alguns com entusiasmo, outros com ira, as tentativas de uma minoria de constituintes, encastelados na Comissão de Sistematização, de determinar os rumos da nova Carta que se elabora. Quarenta e sete personagens, presididos por esse mais venerável de todos os oligarcas patrimonialistas desta Nova República Velha, o senador Afonso Arinos, e relacionados por um curupira amazonense que sonhou haver lecionado na Sorbonne (mas não conhece redação portuguesa) — esses 47 constituintes, dizia eu, não sistematizam de modo algum os desejos da Nação. Lembro-me que, após as eleições de 1982, mandou-me um colega do Exterior recortes de jornais europeus. Um deles, *Le Monde*, afirmava que a "esquerda" vencera as eleições brasileiras. Dois outros, o *Neue Zürcher Zeitung*, um dos mais sérios periódicos europeus por sinal, e um jornal de Bruxelas sustentavam, pelo contrário, que ganhara "a direita". Meu colega comentara a discrepância com uma paráfrase do célebre almirante americano, S. Decatur, "Right or left, my country..." Mas a verdade é que o voto da maioria silenciosa brasileira é conservador... talvez demais. A esquerda do PMDB só registrou sucesso graças à mais extraordinária malandragem eleitoral que conhecem nossas crônicas: a funesta farsa funaresca do Plano Cruzado.

Os constituintes da minoria esquerdizante são chamados de xitas. Eu os preferiria chamar de bolchevistas e explico por quê. Foi em 1903 que o partido socialista russo se cindiu quando uma minoria, liderada por Lenine, se apossou do comando através de manobras processuais (semelhantes às empregadas pelo senador Covas e seus amigos na Sistematização) e se intitulou aquilo que não era: "bolchevista", isto é, "majoritário" (do russo bolchei, "grande", "maior"). Os verdadeiros social-democratas aceitaram a denominação de mencheviks, "minoritários", revelando a mesma pasmação que tem, até agora, caracterizado o nosso chamado "Centrão". Em novembro de 1917, Lenine de novo manobrou para liderar a Revolução, pela força de seus "comitês" armados de bolchevistas, os chamados "soviets", muito embora constituíssem uma minoria da esquerda radical. Quem conhece um pouco de história e de filosofia política sabe que toda revolução é encampada por uma minoria que, aos berros, alega "representar o povo" e, pela violência, toma o poder. A maioria é sempre uma maioria democrática, silenciosa e conservadora. Não há exceção à regra. Mesmo quando os nazistas conquistaram o poder na Alemanha de Hindenburg, em 1933, usando o voto, agiram de modo a manipular a maioria por estratégias de propaganda e violência que lhes permitiu, eventualmente, o domínio total do país um ano depois, com a eliminação de toda e qualquer oposição. Na única vez em que me atrevi a assistir a uma sessão da Constituinte, ouvi um deputado do PT argumentar ardorosamente que o voto distrital não é democrático "porque entrega o governo à maioria"! A opinião é mesmo extravagante do que parece. Tocqueville afirmava que o problema da democracia é o de assegurar a sobrevivência das minorias, evitando serem submergidas por uma ditadura majoritária. Wanderley Guilherme dos Santos, em seu recente livro "Crise e Castigo. Partidos e Generais na Política Brasileira" (UPERJ, 1987), refere-se às categorias antagonônicas que um de nossos primeiros liberais autênticos já apreciava, José de Alencar: a "tirania da maioria" e o "veto da minoria".

As Nações Unidas chegaram a um impasse porque uma minoria tem o poder de veto no Conselho de Segurança e uma maioria tiraniza a Assembleia Geral.

alternativa: precisamente a tirania da minoria. O voto distrital é o mais democrático, aquele que melhor restringe os efeitos simultâneos da demagogia e do poder econômico, justamente porque é majoritário, em escala de pequena região, assegurando melhor contacto entre o eleitor e seu representante. Foi por esse motivo, aliás, que o governo comuno-socialista de Mitterrand, em 1981, adotou uma lei eleitoral que favorecia a aliança da esquerda no poder, contra uma maioria "de direita", dividida de modo sempre. O voto distrital majoritário na realidade favorece, na Inglaterra como em França, o triunfo dos conservadores. Mas, mesmo nos Estados Unidos, os intelectuais ditos "liberais", de esquerda do Partido Democrático, sempre têm tentado galgar o poder através de manobras no processo eleitoral. Michael Novak (em "The American Vision", AEI, Washington, 1982, pág. 31) acentua que as elites da "Nova Classe" de cabeças ovóides nunca deixaram de desejar "shortcircuit the will of the majority", alegando carregar a mensagem de uma nova política, uma nova ideologia, uma nova moralidade. Na verdade, pretendem hipocritamente carregar a visão apocalíptica de "novos céus, novas terras" e uma "nova humanidade". Um "homem novo" como pretendia Marx, na linhagem de todos os utopistas. Essa mensagem minoritária dos marxistas de hoje sempre foi, aliás, o princípio de todo partido ativista, de toda classe intelectual, de toda elite revolucionária, de todo conventículo de tipo maçônico, empenhado na transformação do mundo. O que fizeram Marx, Lenine e os bolchevistas foi simplesmente secularizar e modernizar um eterno princípio de ação político-ideológica. Já na Antiguidade, uma sociedade secreta como a de Pitágoras se dividia cuidadosamente entre uma minoria de iniciados, os esotéricos, conhecedores dos segredos "esotéricos" da comunidade, e a maioria dos exotéricos, o comum dos mortais ignorantes. Na Idade Média, os Cátaros maniqueístas também pretendiam constituir uma minoria de "puros" — xitas ou bolchevistas — a quem estava reservada a regeneração da Humanidade num mundo que chegava ao fim. Afinal de contas, o clero medieval também monopolizou a cultura, o poder e a capacidade de transubstanciar a eucaristia: a Reforma protestante consistiu em estender o sacerdócio a toda a comunidade dos fiéis, uma iniciativa evidentemente democrática. Na Reforma, também, apareceram várias seitas radicais de ativistas de esquerda, os Anabatistas. Na Revolução Inglesa, os Puritanos de Cromwell formaram uma minoria que, após haverem derrubado a monarquia absoluta do Rei Carlos, acabou fechando o próprio Parlamento. E na Revolução Francesa, os Jacobinos de Robespierre, que, inicialmente, defendiam com lágrimas nos olhos a abolição da pena de morte, terminaram, durante o Terror, mandando para a guilhotina todos aqueles que com eles não concordavam, o que quer dizer, a maioria. A idéia bolchevista de que a minoria ativista e "progressista" representa, na verdade, "o povo" que ele conduz, segundo as leis do "trem da história", para o paraíso de eterna felicidade, não é pois uma novidade. Contra as manobras desses energúmenos, todo cuidado é pouco.

Foi um político irlandês dos fins do século XVIII, John Philpot Curran, que, num discurso de julho de 1790, pronunciou a frase: "A condição com a qual Deus concedeu a liberdade ao homem é a eterna vigilância; condição que, se ele rompe, a servidão será imediatamente a consequência de seu crime e a punição de sua culpa". É essa idéia que o brigadeiro Eduardo Gomes, como candidato à Presidência da República, proclamou no axioma famoso: o preço da liberdade é a eterna vigilância.

J. O. de Meira Penna — Embaixador, professor da UNB e escritor